

A crítica à “Assistencialização da Seguridade Social”, segundo Mota: uma contribuição pela via da singularidade do Distrito Federal no contexto da aplicação da Política de Assistência Social / *The criticism of “Assistencialização the Brazilian Social Security,” according Mota: a contribution via the uniqueness of the Federal District in the implementation of the Social Assistance Policy*

JAMAIRA LANNA E SILVA ANCHIÊTA

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da Defesa: 10/12/2014

Orientador: Perci Coelho de Souza

Palavras-Chave: singularidade; descentralização; política de assistência social; território; questão social.

Keywords: singularity; social welfare policy; territory; social issues.

A presente dissertação tem como objetivo contribuir com o debate a cerca da “Assistencialização da Seguridade Social”, tese de Mota, através da singularidade histórico-estrutural do DF no contexto da aplicação da Política de Assistência Social. Para tanto, utilizou-se o método histórico-estrutural como método de pesquisa e a “Dialógica” como método de exposição. A dialógica neste trabalho é responsável por realizar o debate entre Mota e demais pesquisadores da área das políticas sociais em especial da assistência social. Mota, a partir da análise política da política de seguridade social, evidencia o caráter contraditório que as políticas sociais da seguridade social vêm assu-

mindando desde a década de 1990, com o advento do neoliberalismo, no Brasil. No entanto, alguns estudiosos discordam desta autora quanto à política de assistência social estar assumindo o papel de política estruturadora da Seguridade Social. Neste estudo, a hipótese principal é que o DF possui contradições típicas de uma singularidade concreta do sistema executivo da Política de Seguridade Social, e que assim pode-se supor a proeminência de contradições singulares nesta unidade federativa capazes de saturar a tese de Mota de novas determinações tanto do ponto de vista histórico quanto estrutural, bem como, contribuir para a dialógica. Para se chegar aos resultados esperados adotaram-se os seguintes procedimentos metodológicos de pesquisa: revisão bibliográfica; análise documental; realização de entrevista semiestruturada e aplicação de questionário. Estes foram analisados a partir de três eixos problematizantes: singularidade; tese da Mota e descentralização. Como resultados tem-se que no DF a política de assistência social do ponto de vista político é sim utilizada pelos seus governantes como uma espécie de legitimação de seus governos. Contudo, do ponto de vista estrutural, de investimento, infraestrutura, recursos humanos e etc, essa política não vem se expandindo, pelo contrário, vem sendo sucateada. Portanto, a partir da análise da singularidade do DF no âmbito da política de assistência social não se pode afirmar que, do ponto de vista estrutural, no DF, vem ocorrendo a “Assistencialização da Seguridade Social” e nem que esta vem assumindo papel de política estruturadora da Seguridade Social.

This work aims to contribute to the debate about the “Assistencialização Social Security,” Mota thesis by historical and structural uniqueness of DF in the implementation of the Social Assistance Policy. For this purpose, the historical-structural method as a research method and the “Dialogic” as exposure method. The dialogue in this work is responsible for conducting the debate between Mota and other researchers in the field of social policies in particular social assistance. Mota, from the political analysis of social security policy, highlights the contradictory character that social policies of social security have assumed since the 1990s, with the advent of

neoliberalism in Brazil. However, some scholars disagree with this author over welfare policy by assuming the role of political structuring of Social Security. In this study, the main hypothesis is that the DF has typical contradictions of a concrete singularity of the executive system of Social Security Policy, and thus it can be assumed the prominence of natural contradictions in this federal unit able to saturate the new Mota thesis determinations of both the historical as structural point of view, as well as contribute to the dialogue. To achieve the expected results were adopted the following methodological procedures of research: literature review; document analysis; performance of semi-structured interview and questionnaire. These were analyzed from three problematizing axes: uniqueness; thesis of Mota and Decentralization. As a result it has to be in DF social assistance policy from the political point of view is rather used by its rulers as a kind of legitimacy of their governments. However, from a structural point of view, investment, infrastructure, human resources, etc., this policy is not expanding, however, has been scrapped. Therefore, from the DF uniqueness of analysis in social welfare policy can not be said that, from a structural point of view, the DF, there has been a “Assistencialização Social Security” and not that this has taken policy paper structuring of Social Security.

Avanços e retrocessos do direito à saúde no Brasil: uma esperança equilibrista / *Advances and retreats of the right to health in Brazil: a tightrope walker hopes*

JARBAS RICARDO ALMEIDA CUNHA

Curso: Mestrado em Política Social do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília

Data da Defesa: 02/07/2014

Orientador: Evilasio da Silva Salvador

Palavras-chave: direito à saúde; retrocessos sanitários; princípio da proibição do retrocesso social; auditoria da dívida.

Keywords: right to health; health setbacks. principle of the prohibition of social regression; debt audit.

Este trabalho de dissertação tem como finalidade analisar os avanços e retrocessos do direito sanitário brasileiro, desde a redemocratização do país, passando por sua constitucionalização, até as consequências da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) pós-Constituição da República de 1988. Analisamos, de maneira histórico-dialética, os aspectos políticos, econômicos e sociais do direito à saúde no Brasil em três décadas, de 1980 até os anos 2000, destacando os retrocessos sanitários doutrinários, como o mínimo existencial e a reserva do possível, assim como os retrocessos sanitários institucionais, como a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e a não aprovação dos 10% da Receita Corrente Bruta da União nos investimentos em saúde pública. Ao final, apresentamos propostas que se contrapõem aos retrocessos sanitários, como o princípio da proibição do retrocesso social e a auditoria constitucional da dívida pública.

This dissertation aimed to analyze the advances and retreats of the Brazilian health law, since the democratization of the country, through its constitutionalization, until the consequences of the implementation of the Unified National Health System (SUS) after the Constitution of 1988. Employing a dialectical and historical approach, we analyze political, economic and social aspects of the right to health in Brazil in three decades, from 1980 until the 2000s, highlighting the doctrinal health setbacks, as the “existential minimum” and “reserve of the possible”, as well as institutional health setbacks, such as the Brazilian Hospital Services Company (EBSERH) and not effecting the 10% of Gross Current Revenue of the Union investments in public health. At the end, we present proposals that are opposed to health setbacks, such as the principle of the prohibition of social regression and constitutional audit of public debt.

Transferências de renda e políticas ativas para o mercado de trabalho: do merecimento por destituição a destituição de direitos / *Transfers of income and active policies for the labour market: the worthiness for dismissal the dismissal of rights*

TÁZYA COELHO SOUSA

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS

Data da defesa: 13/08/2014

Orientadora: Potyara Amazoneida Pereira Pereira

Palavras-chave: transferência de renda; assistência social; trabalho; direito; mérito e ativação.

Keywords: transfer of income; social welfare; labor; law; merit and activation.

Este estudo visa demonstrar, a partir da análise comparada de três programas de transferência de renda brasileiros – Bolsa Família, Seguro Desemprego e Previdência Rural –, a variação de suas respectivas legitimidades perante a opinião pública a depender de suas maiores ou menores vinculações com o *mérito* (*associado ao trabalho assalariado, remunerado ou autorrentável*), ou com o *direito* (*associado à assistência social*). Por privilegiar o mérito pessoal e competitivo, a política social contemporânea, regida pelo ideário neoliberal, vem defendendo a autossustentação dos indivíduos; logo, os direitos sociais que ela deveria concretizar, vêm sendo rechaçados, por serem incompatíveis com a ética capitalista do trabalho e por não contribuírem com o fortalecimento da lógica da rentabilidade econômica privada. Consequentemente, a tendência dominante, no âmbito dos sistemas de proteção social capitalista em curso, é a *ativação* dos demandantes da assistência social para o mercado de trabalho. Disso resultou que esta política deixou de funcionar como um colchão de segurança contra a pobreza

absoluta, para se transformar em um trampolim com o objetivo de lançar os pobres no trabalho assalariado. Assim, em uma sociedade marcada pelo desemprego estrutural e flexibilização do mercado de trabalho, vem sendo reeditadas estratégias de proteção social que remontam às antigas *Leis dos Pobres* inglesas, as quais estigmatizam os indigentes e punem o pobre capaz de trabalhar, mas sem credenciais básicas para o mercado laboral. E, dessa forma, os programas sociais vinculados à assistência social, como Bolsa Família, perdem legitimidade em relação ao Seguro Desemprego e à Previdência Rural (vinculados ao trabalho), a despeito de os três possuírem um denominador comum: são focalizados e condicionais; pretendem aliviar os infortúnios advindos da pobreza; e têm como horizonte a reprodução do trabalho assalariado.

This study aims to demonstrate, from the comparative analysis of three Brazilian income transfer programs – Family Allowance, Unemployment Insurance and Rural Social Insurance –, the variation of their respective legitimacy in the public opinion depending on their major or minor connections with the *merit (associated to the wage, paid or self profitable work) or right (associated with social assistance)*. By privileging personal and competitive merit, contemporary social policy, governed by neoliberal ideology, has advocated self-provision of individuals; thus, social rights it could put in practice have been rejected as incompatible with the capitalist ethic of work and do not contribute with the strengthening of the logic of private economic profitability. Consequently, the current dominant tendency within the capitalist social protection systems is the *activation* of social assistance applicants for the job market. The result was that this policy ceased to function as a safety mattress against absolute poverty, to become a springboard in order to launch the poor people in labor market. Thus, in a society marked by structural unemployment and flexible labor market, there has been a reissue of social protection strategies that go back the old English Poor Laws, which stigmatize the indigent and punish the poor able to work, but without basic credentials to the labor market. Thus, the social programs related to

social assistance, as Family Allowance, lose legitimacy in relation to the Unemployment Insurance and Rural Social Insurance (work-related), despite the three of them having a common denominator: they are targeted and conditional; intended to relieve the misfortunes arising from poverty; and have the reproduction of wage job as horizon.

Orçamento público e redistribuição com enfoque de gênero: uma análise da experiência do Equador / *Public budget and redistribution with a gender perspective: an analysis of the Ecuadorian experience*

SARAH DE FREITAS REIS

Curso: Mestrado em Política Social/ Programa de Pós-Graduação em
Política Social / Departamento de Serviço Social/ Universidade de
Brasília

Data da defesa: 31/07/2014

Orientadora: Marlene Teixeira Rodrigues

Palavras-chave: orçamento público; orçamentos sensíveis ao gênero;
política social.

Keywords: public budget; gender responsive budgets; social policy.

O estudo partiu de inquietações em relação à implementação de experiências intituladas “Orçamentos Sensíveis ao Gênero” na América Latina e se deteve na experiência específica do Equador. Naquele país o Orçamento Público foi modificado e a igualdade de gênero passou a ser considerada uma função orçamentária (assim como a Saúde, a Educação e a Segurança Pública). Tal mudança gerou a obrigação de os gestores/as públicos/as informarem se cada gasto realizado havia ou não contribuído para a igualdade de gênero. A pesquisa buscou identificar e resgatar os

processos políticos e sociais ocorridos no Equador que favoreceram a incorporação do enfoque de gênero no Orçamento Geral do Estado, analisando suas decorrências para as políticas de promoção da igualdade de gênero no país. Por meio de análise documental, confirmou-se a hipótese que tais processos ensejaram condições favoráveis às iniciativas de redistribuição com enfoque de gênero naquele país. Além da obrigação de se preverem recursos para a promoção da igualdade de gênero, outra iniciativa com potencial redistributivo adotada pelo Estado no Equador foi o reconhecimento do trabalho de cuidado como um trabalho produtivo, e como decorrência disso a proposição de ações de redistribuição do cuidado entre Estado, homens e mulheres. Ao final do estudo, realizou-se uma análise do ponto de vista do Orçamento Público em relação à implementação de tais iniciativas no período de 2010 a 2012.

The study concerns to the implementation of experiences entitled “Gender Responsive Budgets” in Latin America and focuses in a specific experience of Ecuador, where the Public Budget structure was modified to consider gender equality as a budget function (like Health, Education and Public Safety). Such change generated the obligation for civil servants to report if each public expenditure had contributed to gender equality. The research sought to identify and discuss the political and social processes in Ecuador that favored this incorporation of gender perspective in the Public Budget, and also to analyze its implications to gender equality policies in the country. Through document analysis, the study confirmed the hypothesis that these processes created favorable conditions for redistribution initiatives with a gender perspective. Besides of the obligation of allocating public resources for gender equality, another initiative adopted by the State in Ecuador with redistributive potential was the recognition of reproductive work as a productive work, and therefore the definition of actions to share reproductive work responsibility among State, men and women. Finally, the study analyzes (through the perspective of the Public Budget) the implementation of such initiatives from 2010 to 2012.

O Ornitorrinco de Chuteiras: determinantes econômicos da política de esporte do governo Lula e suas implicações sociais / *The Platypus of Shoes: economic determinants of sports policy of the Lula government and its social implications*

PEDRO FERNANDO AVALONE ATHAYDE

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da defesa: 31/01/2014

Orientador: Carlos Alberto Ferreira Lima

Palavras-chave: Brasil; política social; política esportiva.

Keywords: Brazil; social policy; sport policy.

A presente tese tem como objeto de estudo a política esportiva do Governo Lula, tendo como objetivo identificar e problematizar os determinantes econômicos, sociais e políticos que delineiam e configuram as prioridades da política brasileira de esporte no período 2003-2010. Trata-se de uma pesquisa social de nível exploratório, cuja abordagem teórico-metodológica se fundamenta no materialismo histórico. Para a coleta dos dados e formação do arcabouço teórico e categorial, foram utilizados os procedimentos/instrumentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e documental, com base nas seguintes fontes: (i) publicações oficiais governamentais; (ii) sistemas de acompanhamento do orçamento e financiamento público federal; (iii) relatórios dos órgãos de controle da União; (iv) relatórios e notas técnicas de organizações não governamentais; (v) estudos econométricos de fundações privadas e consultorias internacionais. As discussões e problematizações desenvolvidas nos dois primeiros capítulos priorizam o resgate histórico da constituição do esporte, reafirmando o entendimento acerca de seu papel social como uma das necessidades intermediárias para a garantia dos direitos de cidadania. Ao mesmo tempo, buscou-se localizar e enfa-

tizar – a partir do Estado Novo – as interfaces entre a evolução do sistema capitalista brasileiro e a organização esportiva nacional. Os dois últimos capítulos foram dedicados à abordagem do esporte dentro do governo Lula, com ênfase em suas correlações com a política econômica e social do período supramencionado. As análises demonstram que as prioridades da política esportiva de 2003-2010 foram redirecionadas a partir da realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 e da realização da III Conferência Nacional de Esporte em 2010. Tal redirecionamento teve como intuito privilegiar a realização de grandes eventos esportivos (Copa do Mundo Fifa (2014) e Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (2016)) no Brasil. A confirmação do País como sede dos megaeventos esportivos é consequência de uma ampla gama de fatores, entre os quais, um proeminente engajamento e participação estatal. A acentuada presença do Estado na conquista pelo direito de sediar tais eventos transparece os vínculos entre a política esportiva e as determinações econômicas e sociais do modelo neodesenvolvimentista gestado pelo governo Lula, além de acentuar as funções estatais de acumulação e legitimação, destacadas por O'Connor (1977).

The focus of this study is the federal sport policy during Lula's government, and it aims to identify and discuss the economical, social and political determinants that outline and characterize Brazilian sport policy from 2003 to 2010. This is an exploratory social research in which the theoretical and methodological approach is anchored on historical materialism. The collection of data and the development of categorical and theoretical frameworks have been informed by methodological procedures/instruments associated with bibliographical and documental research, concentrating particularly in the following sources: (i) official government publications; (ii) systems for monitoring the budget and public expenditure at the federal level; (iii) reports from control bodies of the State; (iv) non-governmental organizations reports and technical notes; (v) econometric studies carried out by private foundations and international consultants. The discussions and arguments developed in the two first chapters prioritize a historical review of the consolidation of sport in Brazil, reinforcing the understanding

of its social role as an intermediate necessity to the attainment of citizenship rights. At the same time, these chapters attempt to locate and lay emphasis on – from the period of the Estado Novo onwards – the interfaces between the evolution of the Brazilian capitalist system and its national sport system. The last two chapters concentrate on sport in the scope of Lula's Government and place emphasis on its interaction with the economic and social policies of that time. The analyses show that the sport policy's priorities of the period between 2003-2010 were redirected because of the Pan American Games in 2007 and the III Sport National Conference in 2010. This redirection aimed to privilege the sport mega events (World Cup in 2014 and Olympic Games in 2016) to be organized in Brazil. The confirmation of the country as the host of these sports mega events is a consequence of a range of factors, among which a salient engagement and involvement on the part of the State. The sharp presence of the federal government in obtaining the right to host those events shows the bonds between the sport policies and the social and economic determinants of the neo-developmental model conceived by Lula's Administration, and it also emphasizes the State functions of accumulation and legitimacy highlighted by O'Connor (1997).

Orientação genética e anemia falciforme: o papel do profissional de saúde na educação em saúde e preservação de direitos / *Genetic guidance and sickle cell anemia: the role of health professionals in health education and preservation of rights*

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PINHO

Curso: Mestrado em Política Social

Data da defesa: 04/07/2014

Orientador: Cristiano Guedes

Palavras-chaves: orientação genética; triagem neonatal; anemia falciforme; atendimento integral; profissionais de saúde.

Keywords: genetic guidance; neonatal triage; sick cell anemia; continuous treatment; health professionals.

A anemia falciforme (AF) está entre as doenças genéticas de maior prevalência no Brasil e tem sido objeto de atenção destacada das equipes de profissionais de saúde. Devido sua prevalência, morbidade e alto índice de mortalidade, o governo brasileiro vem criando programas que possibilitam o diagnóstico e tratamento precoce, como é o caso do Programa de Triagem Neonatal (PNTN) criado em 2001. Este programa realiza não somente a testagem para doenças congênitas (dentre elas, a AF), mas também presta atendimento contínuo e integral às crianças triadas e seus familiares. Para consolidar este acompanhamento, realiza-se a orientação genética: momento que consiste em repassar informações genéticas sobre a doença, tratamentos e probabilidades reprodutivas, dando a pessoa com AF e seus familiares a possibilidade de escolher sobre os cuidados adotados, a reprodução e outros aspectos relativos à própria vida. O objetivo desta dissertação é entender o momento da orientação genética concedida por profissionais de saúde que compõe a equipe multidisciplinar da triagem neonatal em AF. O serviço de referência estudado localiza-se na região Centro-Oeste do Brasil e a escolha se justifica por cumprir todos os requisitos para atendimento descritos no PNTN e, portanto, representa a política de triagem neonatal e orientação genética presente no país. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram a observação direta e a entrevista semi-estruturada. Todos os profissionais entrevistados foram convidados a participar e receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os familiares das crianças triadas também foram informados sobre a observação do atendimento. Como principais constatações ressaltam-se: a necessidade de articulação entre as políticas sociais para que se atinja o atendimento integral, dentre as quais as políticas da assistência social; a importância da disseminação de informações sobre a doença, das reuniões internas da equipe multidisciplinar que lida com

a triagem neonatal, da capacitação e engajamento profissional e da constante luta por mais direitos sociais para as pessoas com AF.

The Sickle Cell Anemia (SCA) is one of the genetic sicknesses with the largest prevalence in Brazil and has been subject of attention to the health professionals. Due to its prevalence, morbidity has a high death index, so the Brazilian government has created programs that facilitate the early diagnoses and treatment, just like the Neonatal Triage Program (PNTN) created in 2001. This program not only does testing for congenital diseases (one of them being SCA), but also gives continuous treatment to the children that have gone through triage and their families. To consolidate this treatment, a genetic orientation is done: moment when all the genetic information about the disease is passed along, treatments and possibilities of reproduction, given to the person with SCA and relatives the possibility of choosing about adopted safe measures, the reproduction and other aspects related to life. In this study, we have tried to understand the moment where health professionals, who make up the multidisciplinary neonatal triage, team in SCA, gives genetic guidance. The referenced studied service is located in Central-West Region of Brazil and it was chosen because it covers all the requirement treatment described in PNTN and, hereby, it represents the political neonatal triage and orientation currently present in Brazil. The technics of collected data used were direct observation and semi-structure interviews. All interviewed professional were invited to participate and received an Informational Consent Term. The family members of the children triaged were also informed about the observation of the service. The major results that stand out were the need of articulation in social politics so it can reach continuous service. Along with it, the importance of the dissemination of information about the disease, internal meetings of the multidisciplinary team that works with the neonatal triage, and gives strategic information and professional engagement and fights for more social rights for people with SCA.

Conquistas e limites no acesso das mulheres
à previdência social após a Constituição
Federal de 1988: análise da proteção social
para donas de casa de baixa renda / *Progress
and limits of women's access to social security
after the 1988 Federal Constitution: analysis of
low-income housewives social benefits*

TALITA TEOBALDO CINTRA CORDEIRO

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da defesa: 08/12/2014

Orientadora: Maria Lucia Lopes da Silva

Palavras-chave: previdência social; política social; proteção social;
gênero; dona de casa.

Keywords: social security; social policy; social protection; gender;
housewife.

Esta dissertação teve por objetivo analisar as conquistas e os limites no acesso das donas de casa de baixa renda à previdência social no período posterior à Constituição Federal de 1988 até a atualidade. A pesquisa se inseriu no contexto da lacuna do conhecimento sobre o impacto da alíquota reduzida de 5% do salário mínimo, instituída pela Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, sobre o efetivo alcance dos benefícios previdenciários pelas/os donas/os de casa. Para tanto, foi feita revisão bibliográfica sobre o trabalho doméstico não remunerado associado ao debate da seguridade social, recuperando as históricas lutas das donas de casa por direitos previdenciários no Brasil. Além disso, foi realizada coleta de dados referente aos pedidos de validação dos recolhimentos previdenciários das/os donas/os de casa compreendendo os meses de outubro de 2012 a março de 2014 junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, além de consultas a documentos oficiais. Ressalta-se que este estudo

contemplou uma amostra nacional referente a pleitos de validação de recolhimentos previdenciários distribuídos em cerca de 30% das Agências da Previdência Social do país. De um lado, observou-se um crescimento do número de contribuições previdenciárias realizadas por donas/os de casa de baixa renda, que ultrapassou o quantitativo mensal de 400.000 recolhimentos em 2013, o que é um avanço, haja vista que possuem baixo poder contributivo. Por outro, a existência de critérios de pobreza e de exigências relativas à inscrição e atualização dos dados pessoais e familiares no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal tem dificultado o reconhecimento da condição de seguradas/os da previdência social mesmo após terem efetuado pagamentos ao INSS. Detectou-se o elevado percentual de aproximadamente 60% de indeferimentos nas análises dos pedidos de validação das contribuições, em que a existência de renda pessoal no CadÚnico foi a principal causa, instigando a crítica sobre o conceito de “renda própria” adotado atualmente. Além disso, avaliou-se que quase 80% das/os donas/os de casa de baixa renda não conseguiram benefícios previdenciários notadamente pelo motivo de perda da qualidade de seguradas/os, o que decorre das invalidações das contribuições, bem como da dificuldade de contribuir sistematicamente para garantia da proteção social. Esses entraves ocorrem com contribuintes de baixa renda de todas as regiões do país, embora em graus diferenciados, com destaque para o Nordeste. Ademais, as donas de casa constituem maioria no conjunto de contribuintes sobre a alíquota reduzida de 5% do salário mínimo, embora os “donos de casa” também façam jus a esta contribuição se estiverem dedicados exclusivamente ao trabalho doméstico não remunerado. Vê-se que as históricas desigualdades de gênero com predominância das mulheres no espaço doméstico são refletidas na busca preferencial delas pelo plano de baixa renda da previdência social. Entretanto, os direitos trazidos pela Lei nº 12.470/2011 estão sendo ameaçados pelas excessivas exigências impostas, o que instiga uma reflexão crítica.

The objective of this dissertation is to analyze the access to social security of low-income housewives over time, covering the period from the passing of the Federal Constitution of 1988 until today. The research was carried out in a context of limited available knowledge about the impact of the reduced contribution rate of 5% of the minimum wage, as established by Law nº 12,470, of august 31, 2011, on the effective coverage of social security benefits for housewives/househusbands. As part of the research, a literature review was carried out, focused on unpaid domestic work and its correlations with debates on social security, recovering the historical struggles of housewives for social security rights in Brazil. Data was also collected regarding the claims of housewives/househusbands to have their social security granted by the National Institute of Social Security (INSS), covering the period of october 2012 to march 2014. Additional data was obtained from analysis of official documents. It should also be noted that the study included a national sample of security claims, covering approximately 30% of Brazil's Social Security Agencies. Data shows that on the one hand, there has been an increased number of contributions to the INSS made by low-income housewives/househusbands over time, exceeding 400,000 contributors in 2013. This is a significant number, considering the low purchasing power of these populations. On the other hand, poverty criteria and the specific requirements established for the inclusion of personal and family data in the Unified Registry for social programs of the federal government (Cadastro Único) has come to hinder the recognition of eligible beneficiaries, even when individual payments have been made to the INSS. The registered personal income in the Unified Registry is in fact the main cause for about 60% of all rejected claims for social security, which generates critical questions regarding the currently adopted concept of "personal income". It was estimated that almost 80% of the low-income housewives/househusbands were rejected social security benefits due to lack of eligibility, resulting from non-validated social security contributions and individual difficulties to systematically contribute to the INSS. These barriers are evident among low-income populations of all regions of the country, although in different degrees, and especially so the Northeast. Housewives

constitute the majority of those who contribute to INSS with a reduced rate of 5% of the minimum wage. However, men are also entitled the same right, as long as they are dedicated exclusively to unpaid domestic work. Yet, historical gender inequalities, characterized by an evident majority of women as responsible for the domestic work, are reflected in the predominant number of claims for low-income social security plans submitted by women. However, the rights to such plans, as envisioned in Law no. 12,470 / 2011, are threatened by excessive requirements, which calls for a critical reflection.